

VAMOS TER UMA T.V.

INDEPENDENTE!

Um grupo de homens corajosos e amantes da liberdade, está trabalhando para acabar com o monopólio da TV em Portugal.

Esperamos que o Governo não tenha medo desta liberdade.

ANO XXVI

1-6-1978

(Preço avulso: 5\$00)

Composição e Impressão
«GRÁFICA EDITORA»
Av. João Ferreira da Maia, 20
Telef. 92091 RIO MAIOR

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO

José Maria da Piedade Barreto

Redacção e Administração
GRÁFICA LOULETANA
Rua Marechal Gomes da Costa
Telef. 62536 LOULE

PORTO
PAGO

A Voz do Algarve

SEMANARIO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA REGIONALISTA

Relevantes figuras governativas visitaram o Algarve e auscultaram os seus problemas

● AS OBRAS PORTUÁRIAS DO ALGARVE CUSTARÃO 248 MIL CONTOS EM 1978

● PROJECTO DA PONTE SOBRE O GUADIANA SERÁ APROVADO EM JUNHO PRÓXIMO

Inquestionavelmente há que concluir, o Algarve atrai as atenções directas dos nossos governantes, que em jornada racionalmente programada percorreram, de 19 a 20 de Maio, as zonas do barlavento e sotavento, contactando com as autoridades e populações locais e intereirando-se «in loco» dos variados e afectos problemas.

Assim, em cumprimento das suas altas funções estiveram no Algarve durante os dias referidos os Ministros dos Transportes e Comunicações, dr. Ferreira de Lima, da Agricultura e Pescas, dr.

Barbara agressão numa Escola de Loulé

Por carência de elementos, só no próximo número faremos mais detalhada referência à bárbara agressão de que foi autor o professor Alexandre Alves Oliveira e vitimas 2 dos seus alunos.

Luis Sáias, do Comércio e Turismo, dr. Basílio Horta, os Secretários de Estado da Marinha Mercante e das Pescas, drs. Correia Maltês e Vasco Neves, e ainda o Secretário de Estado do Turismo, Baltasar Gonçalves.

Os ministros dos Transportes e Comunicações e Agricultura e Pescas, bem como os respectivos Secretários de Estado percorreram conjuntamente, em função de agenda de trabalhos preestabelecida, por conveniência das suas atribuições, um itinerário diferente do Ministro do Comércio e Turismo e Secretário de Estado do Turismo.

Devido a essa circunstância fazemos referência em separado dos pontos mais salientes da visita encetada pelos citados membros do Governo.

MINISTROS DOS TRANSPORTES E DAS PESCAS

Em declarações prestadas à imprensa o Ministro dos Transportes explicou que «o Governo pensa

que os problemas portuários naquela província estão intimamente ligados às pescas. É tempo dos dois sectores darem as mãos forma que uns não planifiquem portos que, depois, os outros não podem utilizar. Essa cooperação é hoje uma realidade que me cumpre realçar».

Foi, portanto, sob tal óptica que estes membros do governo auscultaram conjuntamente as carências.

(continua na pág. 3)

Porto de Pesca de Quarteira defendido no Plenário da Assembleia da República

Ao que tudo indica o Algarve está a merecer por parte dos nossos governantes e parlamentares a acuidade das suas atenções.

Desta feita, foi levantado no plenário da Assembleia da República, no passado dia 12 de Maio, pelo deputado José Vitorino, per-

tencente ao grupo parlamentar do PSD, o problema do porto de pesca de Quarteira, que, escusado será dizer, se reveste de extrema importância para esta zona piscatória, que de há muito anseia um abrigo seguro para a sua frota.

Transcrevemos, portanto, a parte mais saliente da intervenção do citado deputado e que trata e discorre objectivamente sobre tão candente óbice e suas implicações:

Há alguns anos atrás QUARTEIRA, freguesia do Concelho de Loulé, dispunha de uma considerável importância no sector piscatório e tanto assim que até chegaram a haver fábricas para tratamento do pescado.

Contudo, devido à falta de con-

(continua na pág. 3)

EM VALE DO LOBO

CIDADÃO HOLANDES APOSTA NA RECUPERAÇÃO DO TURISMO ALGARVIO

Durante o Processo Revolucionário que esteve em curso neste país (para o lançar na fétida lama da miséria mais degradante), Vale de Lobo foi presa fácil de quantos optavam pela política da terra queimada.

Todas as negociações, todos os escândalos, todos os chorudos ordenados ali pagos foram sabiamente explorados por aqueles que ingenuamente foram manipulados para combater a burguesia, o capitalismo e a presença dos estrangeiros que era urgente substituir por outros estrangeiros.

Vale de Lobo era um autêntico paraíso dos estrangeiros que adoram este Algarve de sonho,

de sol, de clima ameno, de água tépida, de gente acolhedora. Por isso era necessário insultar essa

(continua na pág. 8)

Reforma Agrária

Cortiça «engasga» o Governo

O Governo está na posse de elementos sobre cerca de 80 casos de transacção ilegal de cortiça do ano passado, mas ainda não decidiu qual o seguimento que este assunto deve ter. Em particular, a GNR apreendeu, o

ano passado, onze camionetas de cortiça, que «engasgaram» os Serviços Oficiais pois não sabem o que hão-de fazer com a cortiça apreendida.

As razões deste impasse são

(continua na pág. 2)

É MAIS LEVE A AUSTERIDADE IRMAMENTE REPARTIDA

Possivelmente, nos tempos mais próximos a austeridade, como sinónimo de vida mais sóbria e mais árdua, não deixará de constituir, forçosamente, um dos temas dominantes do panorama português.

As contingências económico-financieras do país, caracterizadas pelo periclitante equilíbrio da balança de pagamentos aliada à recém «carta de intenções» endereçada ao F. M. I. assim o de-

creta, recomendando uma terapêutica de ajustamentos, aplicada como antídoto.

Em face do conteúdo das me-

(continua na pág. 7)

INCREMENTO PROVÁVEL DA EMIGRAÇÃO PARA A VENEZUELA

Para elaboração do texto definitivo de um protocolo sobre a emigração portuguesa para a Venezuela, e que poderá vir a ser assinado em Caracas pelo general Ramalho Eanes, quando da sua programada estada, decorreram em Lisboa diversas reuniões.

Neste sentido estiveram em Lisboa, Heber Olavarria, dos recursos humanos da Venezuela e Fernando Alves, do Instituto da Emigração Portuguesa naquele país, que mantiveram contactos com Cassola Ribeiro, director geral da emigracão.

O ALGARVE ENRIQUECE PORTUGAL

A PESCA

Continuando a falar das potencialidades do Algarve e do seu melhor aproveitamento, escolhemos, para hoje, o sector das pescas.

As mais glorioosas páginas da

(continua na pág. 6)

Viver que vida?

TERRA: 4000 milhões de habitantes «vivos». Doentes todos. Sub-alimentados uns... muitos. Super alimentados alguns. Viven-

do de modo insalubre, quase todos. Respirando ar que há muito nada tem de puro. Sujeitos a ruídos supra-normas. Sob tensão constante. Nas grandes metrópoles as nevroses crescem assustadoramente. Uma vida a correr. Destino? Morte ou adaptação. Dos primeiros não reza a história, mas não deixam de ser um exemplo e um temível aviso. Os segundos, os adaptados, ainda «vivem». O organismo mantém-se à custa de vigilância apertada. Cresce o consumo de medicamentos! Crescem as doenças e muito mais a insatisfação.

Terra, 4000 milhões de habitantes que teimam em manter-se vivos. Mas... Viver que vida?

A Ecologia responde.

Ecologia é uma palavra sim-

(continua na pág. 3)

«A DEFESA E A LUTA PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS NOS PAÍSES DA EUROPA É UM FACTOR DE IMPORTÂNCIA VITAL PARA UMA OPOSIÇÃO EFICAZ À AMEAÇA DO IMPERIALISMO RUSSO, SEM A QUAL NÃO É POSSÍVEL A MOBILIZAÇÃO DE TODO O POVO PARA A LUTA PELA INDEPENDÊNCIA NACIONAL».

Da Conferência sobre a Ameaça Russa

Cortiça «engasga» o Governo

(continuação da pág. 1) bem conhecidas: apesar da lei ser clara, e apesar de ser afirmado, constantemente, que vivemos num Estado democrático e de direito, o facto é que o País continua a viver ao sabor das lutas ideológicas partidárias e de interesses que se travam no seio do Governo, de tal forma que os processos legais continuam a ser perfeitamente boicotados.

Um exemplo claro deste boicote à legalidade foi o projecto do decreto-lei sobre a cortiça, que a Secretaria de Estado das Flores tentou fazer aprovar recentemente. Neste projecto previa-se que os contratos não efectuados o ano passado, de transação de cortiça, passassem a ser

regidos pelo novo decreto-lei, o que significava, pura e simplesmente, a legalização das fraudes cometidas.

Mas, um grupo de pressão de ideologia oposta actua, neste caso, no mesmo sentido, e combate a legalidade com vista aos interesses dos industriais de preparação de cortiça, que foram, em grande número, cúmplices de todas estas fraudes.

Há quem argumente no Governo que, se se aplicarem as multas previstas na lei aos industriais fraudulentos, isso os poderá levar à falência, esquecendo que esses industriais se encheram de dinheiro o ano passado, à custa destes negócios ilegais, e que este ano continuam, tranquila e im-

punemente, o saque do Alentejo.

Não cremos noutro caminho senão o que passa pela reposição da justiça e da legalidade. E não venha o Governo tentar tranquilizar a consciência dos cidadãos, inquietos com a vaga de desonestade que assola o País, garantindo que as vítimas, os agricultores explorados, serão indemnizados no futuro, porque esse argumento, inventado pelos gonzalvistas, tem para essas vítimas o significado claro da exploração consumada e consentida pelo Governo.

6-5-78

Vacas de Carvalho

Tivemos conhecimento que, neste momento, os industriais de preparação de cortiça pressionam o Governo no sentido de ser aprovada a legislação proposta pela Secretaria de Estado das Flores com a colaboração dos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas.

INFANTE & FIRMO, LDA.

SECRETARIA NOTARIAL
DE LOULÉ

2.º CARTÓRIO

Notário: Licenciada Maria Odilia Simão Cavaco e Duarte Chagas

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de 8 do mês corrente, lavrada de fls. 94, v.º a 96, do livro n.º A-53, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi constituída entre Francisca Marques Infante e Gracieta Maria Marques Firma, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

1.º — A sociedade adop-ta a firma de «Infante & Fir-mo, Lda.», tem a sua sede no Centro Comercial da Ma-rina, lojas 22, 23 e 25, Vilamoura, freguesia de Quarteira, concelho de Loulé e durará por tempo indeterminado, iniciando a sua activi-dade a contar desta data.

2.º — O seu objecto con-siste na exploração de ca-fetaria e bar, doçaria, po-dendo dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acor-dem.

3.º — O capital social é de 50 000\$00, integralmente realizado em dinheiro, repre-sentado por duas quotas, uma do valor nominal de 17 500\$00 pertencente à sócia Gracieta Maria Marques Firma, e outra do valor no-minal de 12 500\$00, perten-cente à sócia Francisca Marques Infante.

4.º — A cessão de quo-tas a estranhos depende do con-sentimento da sociedade e dos sócios não cedentes.

5.º — A gerência da so-ciedade, dispensada de cau-ção — com ou sem remu-neração conforme for deli-berado em Assembleia Geral — compete a ambas as só-cias, que desde já ficam no-meados gerentes, sendo ne-cessária a intervenção de am-bas para obrigar a socie-dade nos seus actos e con-tratos.

Em actos de mero ex-pe-diente basta a assinatura de um gerente.

§ 1.º — Os gerentes po-dem delegar entre si ou em pessoa estranha à socie-dade, todos ou parte dos seus poderes de gerência, median-te procuraçao.

§ 2.º — É proibido aos ge-rentes obrigar a sociedade em fianças, abonações, le-tras de favor e em actos e con-tratos estranhos aos ne-gócios sociais.

6.º — Quando a lei não prescreva outras formalida-des as reuniões das As-sembleias Gerais serão con-vocadas por carta registada dirigida aos sócios com a antecedência mínima de oito dias.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 11 de Maio de 1978.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

Apartamentos em Quarteira

Vendem-se, com 3 assoa-lhadas, próximo da Garagem-Sacor, Telef. 62028 — LOU-LÉ.

CONSTRUÇÕES PEREIRA & FREIRE, LIMITADA

de adopta a denominação de «CONSTRUÇÕES PEREIRA & FREIRE, LIMITADA», tem a sua sede em Lisboa, na Rua da Beneficência, número duzentos e nove, Porta dois, freguesia de Nossa Senhora da Fátima, durará por tempo indeterminado, con-tando-se o seu início para todos os efeitos, desde a data da sua constituição.

Está conforme.

Lisboa, vinte e três de Maio de mil novacentos e setenta e oito.

O 1.º Ajudante,
António da Glória Martins Baptista

A Voz de Loulé, n.º 677 de 1-6-78

TRIBUNAL JUDICIAL
DA COMARCA
DE LOULÉ

ANÚNCIO

(1.º publicação)

Correm editos de 20 dias, a contar da 2.ª publicação deste anúncio, citando os credores desconhecidos dos executados José Inácio Marques Martins e mulher Margarida do Carmo Cabrita Matias Marques Martins, rua Júdice Fialho, 49-A, Portimão, para, no prazo de 10 dias posterior ao dos editos, reclamarem o pagamento dos seus créditos, pelo pro-duto dos bens penhorados sobre que tenham garantia real, na execução de sen-tença movida, na 2.ª Secção deste Tribunal, pelo Banco Português do Atlântico, em que foram penhorados o pré-dio urbano sito na rua Padre Filipe, Portimão, descrito na Conservatória sob o n.º 7438, e 1/2 dos prédios ur-banos sitos na rua Padre Filipe, Portimão, descrito na Conservatória sob o n.º 6572, e na rua Júdice Fialho, Portimão, descrito na Conser-vatória sob o n.º 3127.

Loulé, 15 de Maio de 1978.

O Juiz de Direito,
Mário Meira Torres Veiga
O Escrivão de Direito,
João-Maria Martins da Silva

J. Luís Brito da Mana

ADVOGADO

ESCRITÓRIOS :
Rua de Santa Justa, 82-1.º
Tel. 321505 — LISBOA

Rua da Trindade, 12-1.º-Esq.
Tel. 24505 — FARO
(6-2)

PIRIMOR

Com PIRIMOR não há «PIOLHOS» que resistam.

PIRIMOR o aficida que destrói totalmente

os «PIOLHOS», protegendo as abelhas e os insetos úteis.

PIRIMOR

O «MATA PIOLHOS» ao Serviço da Agricultura.

Pedidos a :

TECNIALGARVE — Estrada da Penha, 28-A — FARO

Telef. 26424

(4-4)

Aníbal Sancho
Alexandre
SOLICITADOR

Rua da Trindade, 12-1.º-Esq.
Tel. 24505 — FARO
(6-2)

Porto de Pesca de Quarteira

defendido no Plenário da Assembleia da República

(continuação da pág. 1)

dições portuárias favoráveis, a pouco e pouco, a actividade foi diminuindo de intensidade, em benefício de outras localidades com melhores estruturas em terra.

Ao mesmo tempo, Quarteira foi-se transformando numa zona balnear bastante conhecida, primeiramente apenas por algarvios e portugueses em geral, e mais tarde, como aconteceu em relação ao resto da Província, pelos estrangeiros.

Com o aumento do surto turístico surgem os empreendimentos respectivos cujo expoente máximo é sem dúvida Vila Moura. Empreendimento que, dentro do plano de aproveitamento turístico, previa várias iniciativas e, de entre elas, a construção de um porto de recreio cuja utilização pela concessionária, a empresa Lusotur ficou regulada pelo Decreto-Lei n.º 215 de Maio de 1970. A inauguração do porto teve lugar 4 anos depois, em 1974. E chegando a este momento da exposição poderão perguntar. Mas onde residem efectivamente os problemas e as dificuldades?

A resposta é simples e fácil de deduzir. É que não dispõe Quarteira nem de um porto, nem sequer das condições mínimas para desenvolver a actividade pesqueira, a instalação de um anteponto e de um porto, ali mesmo, nas «barbas» dos pescadores surgiu quase como um desafio. É claro que não poderemos chamar de provocação um tal projecto, até porque tinha e tem objectivos importantes para a província e para o País, mas que, sem dúvida, os pescadores justa e legitimamente sentiram o sucedido é um facto indiscutível.

E é por isso que, logo nessa altura, se devia ter previsto a construção de um porto com o fim exclusivo de servir a actividade piscatória, mas, verdade se diga, que as promessas não faltaram e tanto assim que chegou a estar prevista a sua instalação. Mas claro, nada se fez...

Sem dúvida que as autoridades de então tiveram uma certa consciência da situação e no Artigo 1.º do Decreto-Lei 215/70 no seu número 2 dizia-se expressamente:

«Sem prejuízo dos fins de turismo, poderá o porto de recreio ser parcialmente utilizado pela navegação de pesca, de carácter artesanal, em condições a estabelecer entre o Estado e a concessionária».

Mas essa lembrança nunca foi concretizada pois que, desde Maio de 1974, data em que o porto foi inaugurado, nada se fez, por parte do Governo, para regularizar aquela utilização pelos pescadores, e estes, perante a inclemência do mar começaram desde logo a utilizar quer o anteponto quer o porto, para abrigo, abastecimento e reparação dos seus barcos.

Entretanto, e com «um porto ali

à porta» o número de embarcações aumentou.

E, como é natural, da utilização não regulamentada resultaram uma série de atritos verbais, intimizações criadas e desentendimentos frequentes conducentes a um mal estar permanente que se tem arrastado, e que não serve a Pesca nem serve o Turismo, antes causa prejuízo a ambos.

Os pescadores são prejudicados porque não sabem com o que contam e o que podem ou não podem fazer. Quanto ao turismo, a situação é igualmente preocupante dado que dos 615 cais de amarração existentes cerca de 50 por cento estão vendidos a particulares, tendo, por outro lado, os conflitos surgidos atingido já repercussão internacional que, como é evidente, é negativa. Ao mesmo tempo outras actividades recreativas têm que ser adiadas.

Senhor Presidente.

Senhores Deputados.

Perante tal situação duas perguntas são importantes de fazer e o PSD fá-las aqui hoje:

— Quem é responsável por tal situação?

— Que fazer para a corrigir?

1. — RESPONSABILIDADE DE QUEM?

Certamente que todos estarão de acordo, e o Partido Social Democrata assim o entende, em que a culpa do que tem sucedido não é dos pescadores. Imagine-se, por exemplo, o que seria um jogo de futebol sem árbitro. Concreta que não chegaria ao fim. Aqui, de um lado estão os pescadores, do outro a empresa concessionária e, claro está, que, se o Governo, na prática o árbitro, conforme o Decreto-Lei já referido, não assume as suas responsabilidades, não se poderá esperar uma solução capaz para o problema.

2. — QUE FAZER PARA CORRIGIR TAL SITUAÇÃO?

Segundo o Partido Social Democrata dois tipos de solução são de considerar: Uma de carácter definitivo, a começar a estudar desde já, e outras de carácter provisório, a dar resposta imediatamente.

(continua)

RELEVANTES FIGURAS GOVERNATIVAS VISITARAM O ALGARVE E AUSCULTARAM OS SEUS PROBLEMAS

(continuação da pág. 1)

tidos no Algarve 248.500 contos complementares a uma dotação para o triénio 1978-80, que atinge 1.278.400 contos.

A relevância de tais obras deve, salientou o Dr. Ferreira de Lima, «as necessidades evidentes das populações piscatórias, abandonadas durante anos e anos».

No tocante à última verba catarada (1.278.400 contos) estão incluídos os investimentos de 200 mil contos destinados ao porto da Baleeira, de 471 mil contos para o Porto de Portimão, de 358.800 contos, para o porto de Olhão e de 92 mil contos para o porto de Vila Real de Santo António.

No prosseguimento do calendário de visitas, os aludidos membros do Governo estiveram no passado dia 20 nos portos do Barlavento algarvio, designadamente na Baleeira, Lagos, Portimão e Quarteira, onde terminaram a sua jornada de trabalhos.

MINISTRO DO COMÉRCIO E TURISMO

Na companhia do Secretário de Estado do Turismo, Baltasar Gonçalves, o Ministro do Comércio e Turismo, dr. Basílio Horta, deram cumprimento a apertado roteiro de visitas e contactos.

Assim mereceram a melhor atenção, logo no primeiro dia de digressão a região de Barlavento. Foram portanto visitadas as suas principais localidades e empreendimentos de maior expressão turística.

A comitiva esteve assim, nas Caldas de Monchique, onde foi apresentado o plano da Enatur que comporta obras avaliadas em 25 mil contos; em Portimão, onde foi recepcionado pelo presidente do Município, Martins Gracis; na Torralta; no Hotel Golfinho, em Lagos; no Hotel Avis, onde foi posta a questão do seu acabamento, pelo que ficou decidido apresentar ao Conselho de Ministros um avô do Estado para um financiamento de 210 mil contos; na Praia da Rocha; no Carvoeiro, em que se equacionou a iluminação da zona do Algar Seco. No concelho de Silves, a comitiva deteve-se no Hotel Viking; em Armação de Pera, no «Casino», pertença da Comissão Regional de Turismo do Algarve; em Albufeira, onde o Dr. Basílio Horta, depois de escutar uma exposição do presidente do Município, Xavier Xufre e de ter convocado uma reunião, o Ministro deliberou colocar de imediato à disposição da Câmara uma verba de dois mil contos para continuação das obras de fornecimento de água, de molde a garantir a resolução do grave problema.

No concelho de Albufeira foram visitados o posto de turismo, e os hotéis Auramar e Alfamar.

No dia 20, a digressão prosseguiu com as visitas a Monte Gordo, da Praia Verde, do Sapal de Castro Marim e do edifício para turismo juvenil, em Manta Rota.

Na reunião havida em Monte Gordo, cabe-nos sublinhar, entre estes membros do Governo com os empresários hoteleiros e autoridades locais, foi revelado pelo Ministro do Comércio e Turismo que o projecto definitivo da ponte Internacional do Guadiana, será aprovado num encontro luso-espanhol, marcado para Lisboa em Junho próximo. Prevê-se a conclusão da obra dentro de um período de 2 a 3 anos.

Entre as asserções proferidas e que visaram uma variedade estimável de assuntos relacionados com o turismo, o Dr. Basílio Horta, a determinado ponto disse: «Temos por vezes a sensação de que o Algarve cresceu demasiado depressa em termos turísticos e que os poderes públicos não puderam ou não souberam acompanhar o crescimento explosivo que se verificou».

TONY PEREIRA

CANÇONETISTA

Aceita contratos para actuar
em BAILES, FESTAS, etc.

CONTACTAR PELO TELEFONE

94286

ALMANCIL — POÇO



O HOSPITAL DE LOULÉ E SUAS INSTALAÇÕES

(conclusão)

5. — O Hospital de Loulé, ou o seu corpo clínico tem alguma interferência na assistência médica à periferia? O que realmente ocorre neste âmbito aqui no Concelho? Qual a opinião da Comissão Instaladora, de como organizar este tipo de assistência que supomos extensiva aos polyclínicos, e em condições precárias de funcionamento?

— Em minha opinião, o Serviço Médico à Periferia (S.M.P.), estando longe de constituir uma solução ideal, foi uma medida francamente positiva e que de algum modo veio contribuir para minorar as carências gravíssimas da nossa cobertura médico-sanitária, cuja maior penúria se fez sentir precisamente nas zonas periféricas e rurais do país. Pensei até que veio evitar aquilo a que se pode chamar o ponto de ruptura, que se estava prestes a atingir. Como sabe, aos médicos polyclínicos é-lhes imposta, como condição para poderem continuar a sua carreira hospitalar e profissional, a obrigação de virem trabalhar durante cerca de um ano para a província. É a isto que se chama S.M.P. Pense que uma análise detalhada deste serviço seria muito útil para esclarecimento dos leitores de «A Voz de Loulé», no entanto ela alongaria demasiado a nossa conversa, pelo que lhe deixo a sugestão de convidar um dos meus colegas polyclínicos para uma entrevista, pois eles muito melhor que eu poderão realmente abordar este problema.

No entanto gostaria apenas de salientar dois aspectos que me parecem muito importantes... O primeiro diz respeito às populações utentes dos seus serviços que, julgo eu, não se podem sentir totalmente apoiadas por médicos que mudam constantemente, que as pessoas não sabem onde moram, nem, quantas vezes, sequer como se chamam. Todas as pessoas sabem, por experiência própria, que muitas vezes no decorrer do tratamento duma doença é necessário estabelecer contacto com o médico que os assistiu para lhe dar conta da evolução da doença, que nem sempre é favorável, ou até de um imprevisto que a todo o momento pode surgir.

No esquema de trabalho dos polyclínicos tal contacto é geralmente impossível. Nessa condição o doente e seus familiares vão sentir-se desapoiados. É evidente que não pretendo culpar os polyclínicos desta situação que resulta única e exclusivamente dum regulamento de trabalho com o qual eles próprios não estarão totalmente de acordo. O outro aspecto que gostaria de focar diz respeito aos polyclínicos, que se vêm a braços com dificuldades que a maioria das pessoas ignora-

ra, como por exemplo, a grande dificuldade que encontram na procura de alojamento.

Regras geral possuem casa em Lisboa que terão de manter, até porque para lá voltarão ao fim de um ano. Quando aqui chegam a única hipótese de alojamento que encontram situa-se nas zonas turísticas, com a agravante de rendas altíssimas, que se aproximam da dezena de contos mensais, ultrapassando até este valor se quiserem dispôr do apartamento nos meses de verão.

As entidades governamentais têm preferido, até agora, ignorar este problema, uma vez que lhes concedem mil e quinhentos escudos de subsídio de alojamento.

As Com. Instaladoras têm uma interferência muito limitada na planificação do S.M.P., essa atribuição pertence a outra comissão local a CISSL. No entanto e em estreita colaboração ambas se têm preocupado em tirar o maior partido deste serviço no sentido de beneficiar as populações mais carenciadas e desprotegidas e acima de tudo tem sido sua preocupação essencial e prioritária a cobertura médica permanente do serviço de urgência do hospital.

Quanto aos grandes problemas de fundo continuam a só poder ser resolvidos pelos organismos centrais de decisão. A descentra-

lização não passou até agora dos discursos, ou quanto muito, e na melhor das hipóteses, de intenção política.

6. — Gostaria de acrescentar alguma coisa?

— Sim, gostaria apenas, e em nome da Com. Instaladora, de agradecer à «A Voz de Loulé» a oportunidade que nos dá de tentar esclarecer a opinião pública sobre alguns problemas que, certamente merecedores de sérios reparos, mas cuja solução ultrapassa em muito as boas vontades e as atribuições duma Com. Instaladora.

Para terminar, gostaria de lhe dizer da minha apreensão, que pressinto extensiva a uma boa parte dos trabalhadores do sector da saúde, médicos e paramédicos, quanto às perspectivas do tão apregoado Serviço Nacional de Saúde. Oxalá ele venha a ser uma autêntica reforma de saúde e que possa vir a dar satisfação, embora que minimamente, não só às necessidades de saúde da população portuguesa como também aos trabalhadores deste importante sector. Esperemos, pois, firmemente, que não nos seja oferecido um Serviço Político de Saúde, que obviamente serviria os políticos mas que viria a deixar ainda mais angustiada a já tão traumatizada população deste pobre país.

Notícias pessoais

FALECIMENTOS

Faleceu há dias em Paris o sr. Manuel de Sousa Coelho Fernandes, que deixou viúva a sr.ª D. Margarida Marim Teixeira.

O saudoso extinto era pai do nosso assinante e amigo sr. coronel Luís Teixeira Fernandes, prof. dos Altos Estudos Militares, casado com a nossa conterrânea sr.ª D. Stela Alves Fernandes e irmão das sr.ª D. Maria de Jesus Farrajota Fernandes, D. Maria do Sacramento Farrajota Fernandes e D. Maria da Assunção Farrajota Fernandes e do sr. João de Sousa Coelho Fernandes.

— Vítima de doença súbita, faleceu no Hospital de Faro, para onde fora transportado de urgência, o sr. Mário António da Silva, que era um dos mais dedicados empregados da firma Loulepão Lda., desta vila e, pelo seu bom comportamento e excelentes qualidades de trabalho e de caráter, sempre mereceu a maior estima e consideração da entidade patronal e dos seus colegas de trabalho.

O sr. Mário Silva era natural de Ermidas (Alentejo), contava apenas 29 anos de idade e deixou viúva a sr.ª D. Custódia Iria Guer-

reiro, também empregada da firma Loulepão, Lda.

O infastoso acontecimento ocorreu no passado domingo, dia 21 e causou profunda consternação entre os seus numerosos amigos e conhecidos.

— Vítima de uma trombose que a prostrou em estado de coma durante 29 dias, no Hospital de Loulé, faleceu no passado dia 19 de Maio a nossa conterrânea sr.ª D. Maria José Cristóvão da Piedade Mata, que contava 70 anos de idade e era viúva do nosso amigo e conterrâneo sr. Casimiro dos Santos Mata, que foi dedicado funcionário de Finanças em Loulé.

A saudosa extinta era mãe dos nossos prezados amigos e conterrâneos sr. Casimiro José da Piedade Mata, comerciante em Aljustrel, casado com a sr.ª D. Natércia Correia Marçalo Mata e Amândio José da Piedade Mata, sócio-gerente da Empresa Commercial de Ovos, Lda., com sede em Loulé e filial em Almada, casado com a sr.ª D. Maria Vitalina Custódio Mata, funcionária da Tesouraria de Finanças de Loulé e avô da menina Isabel Maria Marçalo Mata e do menino Amândio José Custódio Piedade Mata e irmã das sr.ª D. Maria das Dores Cristóvão Pinto Lopes, D. Maria de Lourdes Cistóvão da Piedade e do sr. Alberto Cristóvão da Piedade (falecidos) e cunhada do nosso prezado amigo e assinante sr. Arquiteto Eurico Pinto Lopes, residente em Lisboa.

As famílias enlutadas endereçamos sentidas condolências.

BAPTISADO

Na Igreja de S. José, em Puerto Cabello (Venezuela), realizou-se no passado dia 6 de Maio a cerimónia do baptismo da menina Heidi Valéria Melro Gago, filha do nosso conterrâneo sr. Adérito Rodrigues Melro e de sua esposa sr.ª D. Lídia Mendonça Gago Melro, neta paterna do nosso assinante e amigo sr. José João Melro e da sr.ª D. Maria Valéria Rodrigues e materna do sr. Joaquim Gago e da sr.ª D. Vitória Mendonça Gago.

Depois da cerimónia foi servido um banquete, seguido de baile no Clube Naval do Dique Seco.

ter serviço longe e algumas vezes o taxi em arranjo. O outro ocupando-se em tratar dos pintos e dos suínos não atendendo os passageiros e ainda lhes respondendo indelicadamente.

O povo de Alte está revoltado com o procedimento incorrecto do sr. Reinaldo. Algumas pessoas precisam de visitar as famílias mas evitam fazê-lo visto terem dificuldade em andarem quilómetros e mais quilómetros a pé e com malas de viagem nas mãos. Alte tem fama de ter dois taxistas, mas só tem um, o outro é incompetente ao serviço.

Quem se prontifica a corresponder a este apelo?

Alte, 20-5-78.

Maria Gracieta Rodrigues Santos

Não sou rainha...

Se eu fosse a rainha do céu
seria uma nuvem de estrelas a sorrir a tua claridade.

Não sou a rainha do céu.

Não sou a rainha da terra.

Não sou a rainha de mim própria.

Não sou rainha...

Sou uma nuvem de gotas de chuva
que em todas as noites escuras
ameaço o teu barco
com as lágrimas
da minha tempestade.

Não te deixes morrer...

Vai secando as minhas gotas de chuva
com o calor das tuas mãos.

E tu sabes beber as minhas gotas de chuva!
e precisas de as beber!...

A tua terra é menos seca.

O meu corpo é menos tempestade.

São dois cémos que se encontram
num só cosmo.

Tu és o mundo do amor!
Eu sou o mundo da angústia!
O nosso encontro
é o mundo da coragem da terra.

IDÁLIA FARINHO CUSTÓDIO

Afirmado num colóquio no Porto

O PC É UMA AGÊNCIA DE ESPIONAGEM RUSSA

Promovido pelo Comité de Apoio do Porto à Conferência sobre a Ameaça Imperialista Russa, realizou-se, há dias na capital do Norte, um colóquio para divulgação de alguns pontos acerca da referida reunião.

Ao usar da palavra, Chico da Cuf, um dos oradores da sessão, começou por salientar que foi graças ao Povo português, «imediatamente de Rio Maior para o Norte» que o 25 de Novembro se tornou possível, consagrando a liberdade de os cidadãos se exprimirem livremente.

Referindo-se aos perigos que Portugal corre, «porque os objectivos prioritários dos russos, são agora os Açores», sublinhou que o «partido de Cunhal é uma agência de espionagem da União Soviética» e que «os portugueses têm de estar unidos, para não deixar que os agentes soviéticos façam o mesmo que estão a fazer no Laos, Camboja e Vietname».

A concluir a sua intervenção, Chico da Cuf revelou que a Rádio Televisão Independente está em marcha, e justificou a necessidade da sua existência, dizendo

que «se os homens da Novosti vêm à televisão nacional, nós temos de dar aos patriotas portugueses a oportunidade de falarem noutra televisão, até porque não há, com certeza, nenhum democrata que não queira outra televisão em Portugal».

A abrir a sessão foi guardado um minuto de silêncio em memória a Aldo Moro, vítima — como foi afirmado — «do maior crime do século», praticado «por homens que fazem parte de uma estrutura ligada ao KGB».

VENDE-SE

Vende-se uma moradia de casas para habitação e quintal, no sítio da Piedade, Cova da Piedade e Campina de Baixo, respectivamente, tudo na freguesia de S. Sebastião.

— Várias courelas de terra de sepear e mato com árvores, nos sítios da Piedade, Cova da Piedade e Campina de Baixo, respectivamente, tudo na freguesia de S. Sebastião de Loulé.

Tratar pelo Telef. 2191303 — Linda-a-Velha.

(6-1)

PRECISAM-SE

- 2 Secretárias
- 2 Empregadas de Escritório (Serv. Gerais)
- Promotoras/es — Vendedoras/es

EXIGEM-SE: Qualificações médias para os serviços a desempenhar, boa apresentação, facilidade de expressão e dinamismo.

Só entrevistas pessoais todos os dias úteis das 15 às 18 h. na:

RUA FREDERICO-LECOR, 10-1.º ESQ. em FARO

SALIR — QUAL O SEU PROGRESSO?

Salir, 23 de Maio de 1978.
Ex.mo Senhor Director

de «A Voz de Loulé». Tendo lido no jornal n.º 675 de 18/5/1978, de que V. Ex.º é director, um apontamento da autoria do senhor Eduardo Machado Pinto, «SALIR — QUAL O SEU PROGRESSO?», muito me chocou o pretensiosismo de quem critica sem ter o mínimo fundamento ou conhecimento de causa.

Teria o maior prazer em conviver esse nosso conterrâneo, para nos voltar a visitar e com o maior prazer o acompanharia numa visita a Salir e não só à sua sede, para que esse senhor visse com os próprios olhos as realidades da nossa terra, embora na verdade muitas coisas hajam ainda por fazer, mas dizer que nada se fez a não ser a sede da Junta de Freguesia «Obra do senhor José Viegas Gregório» é crítica cega de quem desconhece a sua Freguesia.

Quero lembrar ao senhor Eduardo Machado Pinto e ao seu informador algumas das obras já realizadas pela actual Junta de Freguesia.

ELECTRIFICAÇÃO — Monte do Carrascal, Monte Poço, Ameijoafas, Arneiro e Coruja.

ARRUAMENTOS EM ALCATRAZ — Do Porto das Covas ao Castelo, Salir a Palmeiros, Estrada da Nave do Barão, ruas dos Montes Novos, da rua que liga a Estrada Nacional à escola da Cortelha e um troço da estrada que liga o Largo General Humberto Delgado aos Besteiros.

TERRAPLANAGENS — Salir ao sítio das Éguas ou seja a futura estrada de ligação a Almodôvar, Pé do Coelho ao Malhão, Vale da Rosa a Montes Novos e Cotovio ao Arneiro da Rocha, estando neste momento em curso as obras de terraplanagem para a ligação de Salir a Querença.

RECREIO E DESPORTO — Parque Infantil, Campo de Futebol ra-

zoavelmente apetrechado e estão em curso obras num campo Polivalente no recreio da Escola Primária.

Mais uma vez convido o autor do referido apontamento a visitar a Freguesia de Salir e não só a sua sede, porque o progresso desta terra não se vê comodamente instalado em casa de um seu familiar.

Ao abrigo da lei de imprensa, para a capacidade de resposta, solicito a V. Ex.º a divulgação da presente.

Com os melhores cumprimentos, subscrevo-me.
O Presidente da Junta da Freguesia de Salir
Manuel Dourado Martins de Sousa Eusébio

NOTA DA REDACÇÃO — Esperamos que o nosso colaborador sr. Eduardo M. Pinto responda a esta carta do sr. Presidente da Junta de Freguesia de Salir.

Os angolanos passarão a falar espanhol?

Segundo notícias divulgadas pela imprensa chegou recentemente a Luanda o primeiro contingente de professores cubanos do destacamento Che Guevara.

Esta primeira «remessa» é constituída por 120 professores, que se destinam a substituir os portugueses que foram forçados a abandonar o país como consequência da «exemplar descolonização».

Através dos seus lacaios cubanos, os soviéticos pretendem assim eliminar todos os vestígios dos 500 anos da presença portuguesa naquele riquíssimo país africano.

Além de pretenderem introduzir nos jovens angolanos uma nova mentalidade marxista-leninista, os neo-colonizadores cubanos lecionarão também matemática, física, química, geografia e história.

Desta forma se pretende fazer uma nova e exemplar colonização de Angola...

J. A.

Vacinação contra o sarampo

Está em curso uma campanha de vacinação contra sarampo, no concelho de Loulé, para a qual chamamos a atenção dos nossos leitores.

O calendário estabelecido é o seguinte:

Almancil — 1 de Junho (5.ª feira) 14.30 horas.

Quarteira — 1 de Junho (5.ª feira) 16 horas.

Salir — 6 de Junho (3.ª feira) — 10.30 horas.

Boliqueime — 7 de Junho (4.ª feira) — 10.30 horas.

Ameixial — 14 de Junho (4.ª feira) — 11 horas.

FADOS

Casa Típica em Faro

A capital algarvia foi dotada com um restaurante típico (casa de fado) denominada «A Túlipa», situada na Rua João de Deus, n.º 4 (telefone 27832). Todos os dias, a partir das 20 horas com serviço de jantar e ceia, «A Túlipa» apresenta um programa de fados. Ali actuam presentemente Helena Gonçalves, João Mouro e Toy Gonçalves.

HORTA

Com 2 hectares, com pomar no sítio de St.º Estêvão — Silves. Arrenda-se por 3 anos ou vende-se.

António Rodrigues — Rua do Castelo, 4 — SILVES.

HONDA

VENDE-SE

Mota 250 c.c. — 20 c.
Tratar pelo telefone 62195 — LOULÉ.

APARTAMENTOS

Vendem-se apartamentos, por estrear, situados na Expansão Sul, com 4 assoalhadas, elevador, ampla cozinha, com os requisitos modernos.

Trata telef. 62482 — LOULÉ.

VIVENDA

Vende-se vivenda, em Alhos Vedros, próximo do Barreiro, com casa de jantar, sala comum, 3 quartos, despensa, cozinha, casa de banho, e 2 casas no quintal. Tem chave na mão.

Resposta para: V. L. Sousa — Rua Tristão da Cunha, 8 — Alhos Vedros.

As Forças Armadas são instituições nacionais

Em qualquer país do mundo livre e civilizado as Forças Armadas são verdadeiras instituições nacionais e por isso elas não podem nem devem perfilar ou privilegiar opções políticas partidárias. Princípio contrário a este só pode ser adoptado por poderes marxistas, no seu fanatismo de submeter tudo, incluindo a Pátria, aos interesses moscovitas ou chineses; e também é usado pelos novos sobas africanos, como Touad, Amin e outros, que mantêm bandos de sicários para consolidar suas tiranias e para liquidar seus concorrentes.

É às F. A. que compete, usando os meios postos pela nação ao seu dispôr, assegurar a paz pública e responder pela segurança nacional.

Assim, quando a tranquilidade pública estiver manifestamente ameaçada ou ferida por virtude de lutas partidárias, violentos conflitos sociais ou intoleráveis pressões de grupos ou facções agindo com poderes ilegais, é então que as F. A. têm o dever de intervir para salvar a Nação do mal maior da guerra civil, isto é, para garantir a paz interna e o livre curso da vida dos cidadãos; a não ser assim, as F. A. serão inúteis ou ficarão partidizadas, como infelizmente aconteceu há poucos anos entre nós quando foram instrumentalizadas e subvertidas por grupos e bandos políticos sujeitos a interesses alheios.

Por mais forte razão, quando a independência, que é a mais cara das liberdades, correr perigo ou fôr lesada, é às F. A. que compete, sem limitações nem dúvidas, o desencadeamento de ações com vista a afastar ou destruir a ameaça; não sendo assim, não se comprehende nem se justifica que a nação gaste com as F. A. importantes recursos humanos e materiais.

Temos de convir que é um luxo demasiado supérfluo o encargo de alimentar F. A. para figurar em paradas ou correrias de aparato bélico, para «dinamizar» ou «lavar o cérebro» às populações segundo figurinos contrários ao seu gosto, para cobrir ou apoiar esbulhos e depravações, para fazer fretes aos profissionais da política, para explorar aviários ou aquários, para espingardear o povo como aconteceu há pouco ou, simplesmente, para passear, perante pacatos e apáticos cidadãos, os camuflados que nas matas ganharam mais autenticidade e dignidade quando tivessem de sofrer o fogo dos inimigos da Pátria.

Certamente não existe quem de tão juiz não considere a guerra como um tremendo mal,



MARIA DAS DORES

CRISTÓVÃO DA PIEDADE

P. LOPES

MISSA

Sua família vem por este meio comunicar a todas as pessoas amigas e de suas relações que, no próximo dia 13 de Junho, pelas 19,15 horas, na Igreja de S. João de Brito, em Lisboa, será celebrada missa sufragando a alma da saudosa extinta.

Antecipadamente se agradece a compreensão de quem participar na celebração da Eucaristia.

mesmo quando haja de fazer-se para evitar um mal maior, como seja a escravidão ou a morte.

Fugir à guerra, quando defensiva e em defesa dos legítimos interesses nacionais, apenas porque se receia a dôr ou porque se teme a mutilação ou a morte, é atitude de todo indigna de um cidadão e é inadmissível num militar profissional; mas valia não haver nascido, pois poupava à Pátria a dupla vergonha da parição de um parasita e de um renegado!

Todos desejamos a paz porque ela é uma exigência da vida individual e de relação; mas não se esqueça que viver é lutar e isto exige muitas vezes derramamento de sangue; e quando se trata de um povo, a sua existência em dignidade e em liberdade impõe como preço não só o sangue mas também a vida de muitos dos seus filhos, e isso, precisamente para que a comunidade nacional sobreviva.

Perante a imposição da luta as F. A., sob pena de traírem a sua missão, não podem abdicar, fugir, desertar ou negar-se ao sacrifício, pois foi para tal sacrifício, quando necessário, que a Nação as criou, sustentou e preparou; é um sacrifício doloroso, porque sendo de alguns por todos, imolados melhoreis ou dos mais bem dotados da comunidade (juventude, valentia, desembarço, virtudes cívicas, etc.).

Dure a guerra o tempo que durar, nada justifica ou perdoa que se abandone ou se comprometa unilateralmente a dignidade e a honra, as populações e os seus baveres, o passado e o futuro, isto é, todos os valores que integram a pátria comum.

Para se justificar a deserção do combate, a fuga ao dever e a traição ao juramento de fidelidade, vários profissionais deram-se a empolar sofrimentos ou terrores, a avolumar o número de mortos e de feridos e a encarecer trabalhos e canseiras tidos e havidos no ultramar, e tudo isso como se muitas centenas de milhares de portugueses não tivessem

CARLOS DA COSTA CAMPOS E OLIVEIRA

Estágios de Formação em França

Estão abertas inscrições para estágios de formação do sector do animação sócio-educativo a decorrer em França.

Estes estágios destinam-se a jovens maiores de 18 anos que participem em Associações ou movimentos juvenis e que tenham um conhecimento perfeito da língua francesa.

Os estágios e datas dos mesmos são os seguintes:

a) Estágio de realização em formato super 8 (3 a 16 de Julho).

b) Estágio sobre expressão teatral para crianças (6 a 11 de Novembro).

c) Estágio sobre Arte Dramática (3 a 26 de Julho).

d) Estágio sobre Rádio e TV (17 a 29 de Julho).

e) Estágio itinerante (1 a 11 de Setembro).

A estadia é gratuita. A viagem de ida e volta (Lisboa-Henriette-Lisboa), assim como metade das despesas com transportes em território francês, corre por conta dos participantes.

Mais esclarecimentos poderão ser prestados na Delegação Regional do Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis.

VENDEM-SE

Canas para vassoureiros, ou para obras.

António Rodrigues — R. do Castelo, 4 — SILVES.

ESMERIL

GRANULADO

CASA CHAVES CAMINHA
Av. Rio de Janeiro, 19-B
Lisboa — Tel. 885163

CAVE - ALUGA-SE

Situada na Rua Poeta Aleixo.
Trata: Av Costa Mehalha, 90-2°
— Loulé.

PRECISA-SE

Contactar pelo telefone 62833 (das 20 às 22 horas).
(2-1)

O ALGARVE ENRIQUECE PORTUGAL

(Continuação da pág. 1)

nossa história foram escritas pelos homens do mar. Aventureiros por natureza, abnegados por necessidade, heróis por amor à Pátria, são os homens do litoral, de entre todos os portugueses, aqueles a quem a Nação mais deve, pois das suas vidas alimentou-se o Povo que o Destino quis que fosse o mais audaz e generoso do Mundo.

Historiar a vida dos pescadores do Algarve é tarefa demasiado grande para quem tão pouco sabe dizer e não sou eu quem se atreve a fazer história, não só porque defeito pecaria, mas, também, por me faltar engenho para fazê-lo. Sou demasiado pobre de conhecimentos para julgar vidas tão cheias de virtudes. No entanto, e porque me propus escrever sobre o sector das pescas, apenas tentarei evidenciar as injustiças de que têm sido vítimas os mais anónimos e maiores cidadãos de Portugal.

Que saibamos, até agora, ainda não houve nenhum governante que se preocupasse com os pescadores; talvez porque se não lembram deles ou porque se lhes sintam inferiores. Mas, o que é facto, é que a Nação vai vivendo do seu esforço e o cidadão comum já quase só tem acesso aos bens que eles produzem.

Fala-se das pescas mas nada se faz para promover o pescador, talvez pelo receio que ao cultivar-se, aprendendo a ler e a escrever, ele abandone o mar tal como o agricultor abandonou a terra, pois é incompatível com a cultura o esforço desumano e mal compensado. Por isso cremos que promover o pescador é, sobretudo, dar-lhe condições de trabalho dignas que o façam ver na sua profissão o seu futuro e o dos seus descendentes. Mas, promover o pescador não é só politizá-lo, fezê-lo revolucionário, levá-lo a odiar o trabalho e os seus concidadãos. Não! Não é assim que o povo português poderá construir a Pátria a que deverá ter direito.

Promover o Pescador é, em nossa opinião, dar-lhe conhecimentos técnico-pofisionais que o levem a tirar da sua arte melhor proveito e com menor esforço, para que não procure outras profissões mais leves e melhor remuneradas, o seu ganha pão. Ser pescador implica o risco da própria vida e o mar é implacável, não poupando na sua fúria os que nele labutam. O Pescador não tem que ser um sub-cidadão ou um super-homem, terá que ser, sim, um cidadão digno, a quem os outros cidadãos respeitem quer pela sua profissão quer pelo lugar social a que tem direito. Infelizmente, a ignorância dos pescadores tem estado na origem da sua marginalização e não é raro ver-

-se o homem do mar ser preterido na sociedade, ao nível das associações desportivas, culturais, recreativas, até, quantas vezes, lhe é recusada a entrada nos cafés e restaurantes porque se apresenta mal vestido, ou barulhento e sem maneiras; mas, ali, nas mesmas mesas onde não pode sentar-se, consome-se o produto do seu trabalho, ao mesmo tempo que se ridiculariza a sua figura grosseira e típica. O turista que o foca, diariamente, com a sua máquina fotográfica e se aproveita do seu fotogénico tipismo, recusa sentar-se ao seu lado em qualquer local público.

Pergunto: — O que fez a sociedade portuguesa dos seus mais úteis e abnegados cidadãos? O que pensa o governo fazer em prol da cultura e da integração dos pescadores na sociedade que é nossa e deles com mais direito?

Será que vai continuar a ter um ministério da Agricultura e Pescas que apenas se preocupa com a reforma agrária e deixa entregues à inoperância burocrática dos gabinetes e dos papéis sem razão que o pescador não entende, as suas vidas e o seu lugar social?

Todos os dias se afirma nos jornais, na rádio, na televisão, nas conversas, nos comícios, na Assembleia, nas entrevistas com os governantes, que é preciso produzir-se para ultrapassar a crise (leia-se penúria) económica em que nos encontramos. No entanto, nós temos agora à nossa disposição duzentas milhas que constituem o nosso território marítimo, território superior em superfície ao nosso território terrestre. Toda a falta de conhecimentos e, sobretudo, de apoio, os nossos pescadores ainda continuam a utilizar os mais rudimentares apetrechos de pesca, dedicando-se, quase somente, à pesca artesanal, desperdiçando, assim, por falta de meios e conhecimentos, toda a fortuna ao seu alcance, contribuindo para agravar, dada a exiguidade do pescado, o nosso custo de vida. Por ser pouco, o peixe atingiu um preço exorbitante, proporcionando aos intermediários lucros fabulosos, dando ao consumidor a ideia, errada, que o pescador é um oportunista, que ganha muito e que se está a aproveitar da falta de outros produtos para fazer valer o seu peixe. Ora, isso não é verdade e o que na realidade se passa é o seguinte:

— O pescador artesanal que pesca o linguado, o salmonete, o besugo, etc., vai ao mar num barco pequeno, movido por um motor fora-de-borda a gasolina, que é pago ao mesmo preço da gasolina para os carros de turismo, e leva consigo quatro camaradas.

Depois de uma noite de pesca, largando uma ou duas vezes uma rede enorme que chega a atingir os quatro ou cinco quilómetros de comprimento, tendo que suspender-lá à mão, o que constitui um esforço enorme e só calculável por quem, uma vez que seja, experimente, regressa a casa, em dias bons, com 20 ou 30 quilos de peixe que, normalmente, atingem um preço médio de 120\$00/kg. Sobre a importância total da venda incidem descontos no valor aproximado de 20%. Do restante, subtrai-se, ainda, o custo da gasolina. Do que resta para dividir pelos 4 camaradas, sabe a cada um arrecadar, na melhor das hipóteses, 400\$00 ou 500\$00. Ora, esta importância vence, facilmente, um servente de pedreiro ou um pintor da construção civil que faça duas horas extras durante o dia, sem um décimo do risco que corre o pescador. Agora, analisemos o intermediário que compra em lota o pescado aos pescadores, não paga impostos directos e tem na venda uma margem de lucro de 20% sobre a compra:

— Considerando que compra o produto do trabalho de 50 pescadores que ganham, em conjunto, 35.000\$00, o intermediário ganha, sem esforço, 7.000\$00. Ora aqui está um exemplo evidentíssimo da exploração do homem pelo homem e da injustiça que a sociedade comete na pessoa do homem que a alimenta.

Como modificar este estado de coisas:

1.º — O Estado tem que investir no sector das pescas ao nível dos pescadores, isto é, proporcionar-lhes meios mais avançados de capturação do peixe, nomeadamente, facilitar-lhes crédito para aquisição de barcos mais modernos e que utilizem combustível mais barato, o que lhes permitirá ir mais longe. Facultar-lhes ensinamentos técnicos para saberem trabalhar com aparelhos sofisticados de forma a que, com menor esforço e mais rapidez, possam apanhar mais peixe.

2.º — Organizar ou fomentar a organização de cooperativas de pescadores.

3.º — Criar novo sistema de vendagem que substitua a lota que ao sujeitar o pescador à lei da oferta e da procura lhe rouba o estímulo, pois, pescando muito corre o risco de ganhar menos do que se pouco tivesse pescado. Além disso, este sistema dá cobertura a manobras especulativas por parte dos intermediários. Reconhecemos que estes elementos não podem ser dispensados pela sociedade pois são parte integrante da sua engrenagem mas, cremos que devem ser enquadrados pela lei de modo a que o seu papel seja desempenhado com lisura.

4.º — Criar Escolas de Pesca onde os filhos dos pescadores e os pescadores mais jovens possam colher ensinamentos gerais e especiais que lhes permitam evoluir dentro da profissão e aproveitar eventuais bolsas de estudo para especialização no estrangeiro, sobretudo nos países que connosco mantêm contactos no sector das pescas e que estão mais evoluídos tecnicamente.

Se bem aproveitado, o sector das pescas, por si só, pode constituir uma fonte inesgotável de divisas, pois mercados não faltam para produtos tão bons como os nossos peixes. É só preciso pescá-los em quantidade.

Reestruturar a indústria conservadora e criar uma rede de frio que cubra todo o território nacional, incentivando o nosso povo a consumir produtos do mar, contribuirá para atenuar o nosso custo de vida e, simultaneamente, reduzir a quantidade dos produtos importados.

O Algarve, província preponderante do litoral, tem, no sector das pescas, um papel importantíssimo a desempenhar. O governo de Lisboa deve meditar nisso e dar ao Algarve o estímulo de que carece para enriquecer Portugal.

LEONEL DE SOUSA

RESOLVA O SEU PROBLEMA HABITACIONAL

ADQUIRINDO A SUA CASA PRÓPRIA

Escolha o seu apartamento no novo bloco residencial em construção na Rua Ascensão Guimarães em Loulé, com 3, 4 e 6 assoalhadas, elevadores, sugção automática de fumos e as comodidades da técnica moderna.

CONSTRUÇÃO DE VIVENDAS POR EMPREITADA.

João de Sousa Murta & Filho, Lda.

Telfs. 62167 - 62261 — LOULÉ

(12-2)



Revestiram-se de tocante significado as comemorações do 120.º aniversário da «Música Nova»

(Continuação da pág. 1)

do de seguida as principais ruas da vila a Banda Artistas de Minerva que emprestou ao ambiente matinal a vibração peculiar dos dias festivos

Pelas 15 horas, conforme estava programado, houve uma tocante romagem de saudade e homenagem ao cemitério, onde se acham depositados os restos mortais dos antigos regentes Joaquim António Pires, Virgílio de Sousa Viegas, músicos e sócios da colectividade.

No momento, a Banda executou, sentidamente, a marcha fúnebre «A Despedida», enquanto membros da direcção colocaram nas campas dos regentes falecidos ramos de flores.

O ponto culminante das solemnidades incidiu na sessão solene, presidida pelo Dr. Maurício Monteiro que, tal como o ilustre louletano e escritor, Pedro de Freitas, se deslocou expressamente a Loulé para se integrar nesta significativa comemoração.

Ao acto esteve presente o presidente da Câmara Municipal de Loulé, sr. Andrade de Sousa, acompanhado de sua esposa.

Durante a sessão dissertaram o dr. Maurício Monteiro, que teceu uma brillante apologia à Banda Artistas de Minerva, salientando o contexto cultural da música como expressão e mensagem espirituais mais caras ao género humano.

De seguida o escritor Pedro de Freitas, que espelhou a emotividade sentida pela celebração, fez alusão histórica aos primórdios da Sociedade Filarmónica Artistas de Minerva, à sua fundação e ao vulto prestigioso do antigo regente Joaquim António Pires, salientando alguns pormenores que atestaram os seus singulares méritos de maestro, a quem a Música Nova muito ficou devendo.

Como preito e gratidão pela obra dos fundadores, Pedro de Freitas, propôs à direcção que se prestasse homenagem a esses pioneiros, inscrevendo os seus nomes no salão da Sociedade.

Por indigitado do presidente da direcção, usou da palavra J. C. Viegas, autor deste apontamento, que evocou a sua ancestralidade que o liga a Loulé e à própria Música Nova, onde os seus ascendentes, nomeadamente o seu pai, João de Sousa Viegas, e seu tio Virgílio de Sousa Viegas, constituiram elementos activos da filarmónica. Terminou com uma exortação dirigida à nova geração de filarmónicos no sentido de prestigiarem a instituição a que pertencem.

Depois o componente directivo Santos Gomes, acabada que foi

a leitura da carta do sr. João de Sousa Viegas, ainda regente das Bandas de Sacavém e Olivais, na qual endereçou os seus votos de êxitos e felicidades, discorreu sobre a cultura musical, e sobre certos desentendimentos provenientes do partidarismo político que era necessário deixar lá fora. Apelou então para o espírito de compreensão geral pois dentro da Sociedade era necessário, para sua sobrevivência, a coesão e solidariedade de todos.

Produziu então uma allocução o presidente da Câmara de Loulé, sr. Andrade de Sousa que evocou os tempos da sua juventude e de episódios relacionados com a Música Nova, que sempre considerou como uma mensageira popular dos predicados cívicos e artísticos de Loulé. Salientou que era imperativo salvaguardar a sua continuidade e que dentro da esfera das possibilidades não deixaria de contribuir para a respectiva consolidação.

A certo ponto da sua oração, revelou então que em louvor às fortes tradições de Loulé, que era seu intuito reavivar, seria auspicioso fazer ressurgir a banda de «Música Velha», que se enquadraria adequadamente à política de cultura popular, hoje tão defendida e acarinhada.

Por fim, o presidente da direcção, o sr. Silvino Seruca Carpineto, dirigiu-se ao novo maestro da Música Nova, sr. João Gomes formulando a sua confiança nos seus dotes profissionais, de artistas e regente de apreciáveis recursos. Depois, salientou a boa vontade do presidente da Câmara, ali presente, que tem demonstrado particular estima pela vida da Filarmónica mais do que qualquer outro chefe de edilidade louletana. Apelou de seguida para a dedicação de todos os componentes da Banda com vistas a corresponderem da melhor maneira aos incentivos de que a Sociedade Filarmónica Artistas de Minerva tem sido alvo.

Todos os oradores foram calorosamente ovacionados e por vezes interrompidos pelo entusiasmo dos aplausos.

À noite, no restaurante «Flor da Praça», num ágape bem servido, teve lugar o jantar de confraternização, que congregou a presença do presidente da Câmara de Loulé, alguns convidados, direcção, regente e componentes da Música Nova.

Num ambiente de cordialidade e franco convívio terminou assim o expressivo ciclo de comemorações, que selaram de forma memorável a transposição do 100.º aniversário da Sociedade Filarmónica Artistas de Minerva.

J. C. Viegas

Poupe gasolina

INSTALANDO NO SEU AUTOMÓVEL OU MOTORIZADA O:

THUNDER — JET

QUE AUMENTA A POTÊNCIA CONSUME MENOS GASOLINA

MONTA-SE EM 1 MINUTO.

NÃO IMPLICA ALTERAÇÕES NO MOTOR.

NÃO TEM DESPESAS DE MONTAGEM.

DURAÇÃO: ENTRE 40.000 a 60.000 KMS.

VENDE-SE NA CASA DE ACESSÓRIOS DE AUTOMÓVEIS

LUAUTO, LDA.

na AV. JOSÉ DA COSTA MEALHA, 37

TELEFONE 62951 — LOULÉ

(3-1)

É MAIS LEVE A AUSTERIDADE IRMAMENTE REPARTIDA

(continuação da pág. 1) didas promulgadas que envolve uma íntima correlação e interligação entre as micro e macro economias privadas e estatais, toma relevância especial o estatuto social vigorante, em que todos nós nos inserimos.

Daqui, desta coligação de compromissos e de reciprocidades argamassada em prol dos superiores interesses da nação, deriva uma subtil e unívoca solidariedade que vincula os cidadãos e os organiza em sociedade consciente, capacitada a discernir democraticamente (e também criticamente) dos direitos e dos deveres subjacentes.

A comparticipação, o grau de responsabilidade e sustentação da «res publica», são definidos por normas institucionalizadas às quais, escusado seria salientar, se deve tácita e intelectiva obediência.

Decore que a nação não pode ser concebida levianamente, em moldes abstractos e subestimada a sua identidade caracterizada pela valéncia personológica de todos os seus filhos.

Ninguém neste pé da questão, por mais hierarquizado e carismático que seja se pode arrogar exclusivismos que brigam com a coerente harmonização dos contributos essenciais, dos quais a nação se nutre e revigora.

Torna-se indispensável destaca, que dentro do implícito pacto ético-social que sedimenta qualquer cidadão aos destinos patrios, a repartição e recrutamento dos sacrifícios a todos toca suportar de forma solidária para com os princípios de justiça e equanimidade.

No caso da austeridade, em que falamos, o peso das restrições e dos agravamentos não deve incidir sobre um determinado sector sócio-económico, mas sem diferenciação, sobre todos os demais sectores representativos. Será, pois, impossível que o regime democrático se mantenha alheio a prorrogações sobreclassistas e que permita privilégios e estabeleça, no âmbito das participações individuais, situações de exceção em benefício de obsoletos tradicionais burocráticos e castrenses.

A morigeração da austeridade, para que a muitos não resulte esmagadora cobrando custos sociais traumatizantes e irreparáveis, terá de ser escalonadamente distribuída, sem parcimonias, contemplando todos os escalões das actividades, mesmo aqueles que disfrutando de situações de poder proeminente constituem uma parcela estrutural do todo nacional.

J. C. Viegas

Brazão

SECRETARIA NOTARIAL
DE LOULÉ

2.º CARTÓRIO

Notário: Licenciada Maria Odilia Simão Cavaco e Duarte Chagas

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de 11 do mês corrente, lavrada de fls. 95, v. a 97, v. do Livro n.º B-53, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi constituída entre Joaquim Manuel Passarinho Brazão Guerreiro e José Manuel Guerreiro Morgado, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

1.º — A sociedade adopta a firma «Brazão & Morgado, Lda.», e tem a sua sede na Rua João das Regras, na freguesia de S. Clemente nesta vila e concelho de Loulé.

2.º — A sua duração é por tempo indeterminado, iniciando hoje a sua actividade.

3.º — O seu objectivo consiste na compra e venda de veículos automóveis, podendo dedicar-se a qualquer outra actividade comercial ou industrial, que os sócios acordem explorar e não seja proibida por lei.

Brazão & Morgado, Lda.

4.º — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 150 000\$00 e foi subscrito pelos sócios, com uma quota cada um, do valor nominal de 75 000\$.

5.º — A gerência da sociedade, dispensada de caução, será exercida por ambos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, com a remuneração que vier a ser fixada em Assembleia Geral.

§ 1.º — Para obrigar validamente a sociedade é sempre necessária a assinatura dos dois sócios.

§ 2.º — Para os actos de mero expediente basta a assinatura de qualquer sócio.

6.º — A sociedade não poderá ser obrigada em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como fianças, abonações, lettras de favor e outros semelhantes.

7.º — Não são exigíveis prestações suplementares ao capital social, mas os sócios poderão fazer os suprimentos de que a Caixa Social careça, nas condições acordadas em Assembleia Geral, expressamente convocada para o efeito.

8.º — É livremente permitida entre os sócios a cessão de quotas no todo ou em parte.

JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL

SECRETARIA NOTARIAL
DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno António da Rosa Pereira da Silva

Certifico, para efeitos de publicação, que neste Cartório e no livro de notas para escrituras diversas, n.º A-100, de fls. 79 a 81, se encontra exarada uma escritura de justificação notarial, outorgada hoje, na qual Manuel dos Santos, também conhecido por Manuel António e por Manuel António dos Santos, solteiro, maior, residente no sítio de Águas Frias, freguesia de Alte, concelho de Loulé, declarou o seguinte:

Que actualmente é dono e legítimo possuidor, com exclusão de outrém, de 1/3 indiviso do seguinte prédio:

Misto, constituído por uma morada de casas térreas, com três compartimentos

para habitação, e duas dependências, e por terra de semear e improdutiva, com árvores, denominado «Mal Julgado», no sítio de Águas Frias ou Águas Frias de Baixo, freguesia de Alte, concelho de Loulé, confrontando actualmente do norte com Rafael Coelho, do nascente com Manuel dos Santos da Palma, do sul com caminho e do poente com Rafael Coelho, inscrito na respectiva matriz predial; a parte urbana sob o artigo número dois mil quatrocentos e trinta e dois, com o valor matricial de novecentos e quarenta escudos, e a rústica sob o artigo número nove mil quinhentos e quarenta e um, com o valor matricial de trezentos e quarenta escudos, no valor global de mil duzentos e oitenta escudos;

Que até dezasseste de Abril findo, era dono e legítimo possuidor também com exclusão de outrém de outro terço indiviso, do mesmo prédio, data em que por escritura lavrada a folhas cinquenta e duas, verso, do livro número B-cinquenta e três, de notas para escrituras diversas, do Segundo Cartório desta Secretaria, o vendeu a José dos Santos Jacinto, casado segundo o regime da comunhão geral de bens, com Maria Guerreiro, residente no referido sítio de Águas Frias, pelo preço de cento e sessenta mil escudos;

Que a cada uma das referidas fracções de um terço atribui o valor de 160 000\$00;

Que o prédio que acaba de ser identificado se encontra omissa na Conservatória do Registo Predial deste concelho, e que as referidas inscrições matriciais se encontram em nome dos herdeiros de António dos Santos, entre os quais o justificante se inclui e a quem o mesmo prédio foi adjudicado como a seguir se indica: — com efeito,

Na partilha dos bens da herança aberta por óbito do referido António dos Santos, que faleceu no estado de casado segundo o regime da comunhão geral de bens, com Maria Correia, e residiu no sítio de Águas Frias, freguesia de Alte, concelho de Loulé, efectuada em data imprecisa mas que sabe ter sido por volta do ano de mil novecentos e trinta e três, por mero contrato verbal, nunca reduzido a escritura pública, foi o prédio supra descrito adjudicado e ficado a pertencer, em comum e em partes iguais a todos os filhos do autor da herança, ele justificante Manuel dos Santos, Constância dos Santos e Maria Correia, ao tempo solteira, maiores, residentes no referido sítio de Águas Frias; e também,

Em data imprecisa, mas que sabe ter sido por volta do ano de mil novecentos e

trinta e oito, ele justificante comprou a sua referida irmã, Constância dos Santos, que continuava no estado de solteira, a fração de um terço do prédio supra descrito, que lhe havia sido adjudicada e ficado a pertencer na referida partilha dos bens da herança aberta por óbito do seu aludido pai, António dos Santos, pelo preço de dois mil e cem escudos, também por mero contrato verbal, nunca reduzido a escritura pública; — sendo também certo,

Que desde a data da referida partilha e compra, até dezasseste de Abril findo, tem vindo a possuir dois terços indivisos e posteriormente àquela data somente um terço do prédio supra descrito, em nome próprio e sem a menor oposição de quem quer que fosse, posse sempre exercida sem interrupção e ostensivamente, com conhecimento de toda a gente, sendo, por isso, a sua posse pacífica, contínua e pública, pelo que também as adquiriu por usucapião.

Que em face do exposto não tem ele justificante possibilidade de comprovar o seu direito de propriedade perfeita sobre as aludidas fracções, pelos meios extra-judiciais normais.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 19 de Maio de 1978.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

A Voz de Loulé, n.º 677 de 1-6-78

TRIBUNAL JUDICIAL
DA COMARCA
DE LOULÉ

ANÚNCIO

(1.ª publicação)

Pela 1.ª secção do Juízo de Direito da comarca de Loulé, correm editos de 20 dias, contados da 2.ª e última publicação deste anúncio, citando os credores desconhecidos dos Autores MANUEL VIEGAS e mulher MARIA GONÇALVES CALADO, proprietários, residentes no sítio do Areeiro, freg.º de S. Clemente, concelho de Loulé e dos Réus FRANCISCO VIEGAS ESTALO e mulher MARIA DA ASSUNÇÃO CALADO, residentes em Calle Tucamen, n.º 2140, Belle Vista, República da Argentina para, no prazo de 10 dias posteriores ao dos editos, reclamarem o pagamento dos seus créditos pelo produto do imóvel a vender e sobre que tenham garantia real, nos autos de ação especial de divisão de coisa comum com o n.º 73/77.

Loulé, 18 de Maio de 1978.

O Juiz de Direito,
a) Mário Metra Torres Veiga

O Escrivão de Direito,
a) João do Carmo Semedo

PROPRIEDADE RÚSTICA COMPRÁ-SE

Propriedade rústica, com cerca de 50 hectares, com praça de preferência que se situe na zona litoral do Algarve entre Tavira e Albufeira, com laranjas.

Dirigir carta e este jornal.

Para o seu marido não sair de casa

Há várias razões que levam os maridos a sair de casa à noite. Se o quiser conservar junto de si, minha senhor, compre um Maple

Verdades e mentiras do 25 de Abril

Por LUIS A. M. PEREIRA



O artigo 48.º da Constituição Portuguesa, ponto 3, diz o seguinte:

«Todos os cidadãos têm o direito de ser esclarecidos objectivamente sobre actos do Estado e demais entidades públicas e de ser informados pelo Governo e outras autoridades acerca da gestão dos assuntos públicos».

Passados quatro anos de revolução e num País onde tanto se apregoa a liberdade, a democracia e o socialismo, o obscurantismo crescente da nossa sociedade desvalorizada continua a empoeirar-nos os olhos encobrindo certas criaturas, demasiado importantes nas hostes dos cravas e dos vigaristas, implicadas em actos de contrabando e de terrorismo.

Todos prometeram banir a poeira movediça e esclarecer o Povo com objectividade e realismo acerca dos actos do Estado e entidades públicas. Todos rezaram a mesma oração na ânsia de cada voto para se empoleirem em lugares «fixes» e sacar algum. Todos convergiram na vontade de enterrar o País e de enganar almas cheias de fé na revolução do esbanjamento financeiro, da degradação dos costumes e tradições, do aumento da criminalidade.

A era gonçalista de triste memória acelerou a revolução, nacionalizou, explorou, roubou, e o Povo Português continuou alheio às manobras de gabinete. Quando deu por si já não tinha furos no cinto de insegurança. Os sucessivos governos de cariz democrático têm sido incapazes de solucionar os graves problemas da nação, até porque têm enveredado por linhas tortas obedecendo antes à sua própria constituição privada onde impera a lei do salve-se quem puder. Actualmente debatemo-nos com uma situação afeitiva e mesmo assim a partidaria continua abundantemente apelando à falência completa da nossa sociedade saqueada. Todos prometeram a abolição da censura e calaram-se jornais. Todos prometeram a livre reunião e proibiram-se partidos. Todos prometeram a salvaguarda dos cidadãos ultramarinos e entregaram-se as colónias à traição. Todos prometeram justiça social, todos defendem a austeridade e não olham à especulação e à corrupção.

O Estado tomou jornais, empresas, instaurou uma burocracia desenfreada, um socialismo falido e utópico. O próprio Mário Soares já afirmou conscientemente que o socialismo nesta altura é impossível e gera um socialismo de miséria. Não restam dúvidas que há muita gente que tem violado o espírito democrático do nosso humilde povo.

O Povo Português continua sem saber se há consciência dos actos de Edmundo Pedro ou encobrimento do golpe. O Povo Português não percebe quais as funções de Palma Inácio. O Povo Português desconhece o caso de Lopes da Neta. O Povo Português quer saber quem matou Delgado

e Fernando Oneto. O Povo Português não comprehende lá muito bem a reintegração de Rosa Coutinho. O Povo Português pouco sabe da «sova» no Almeida Santos. O Povo Português desconhece a situação de Spínola. O Povo Português nada sabe do 11 de Março, do 28 de Setembro, do 25 de Novembro. O Povo Português não sabe onde estão os «G-3». O Povo Português não sabe o que é feito do filho do ex-ministro Valter Rosa. O Povo Português não sabe se Costa Martins está preso em Angola. O Povo Português não conhece a situação da Antónia. O Povo Português não sabe quais as despesas do Estado. O Povo Português não sabe nada de números, do prejuízo das empresas nacionalizadas, dos passeios, das conferências, dos jantares. O Povo Português desconhece onde se encontram Durand Clemente, Dinis de Almeida, Isabel do Carmo e não só. O Povo Português não conhece as exigências do Fundo Monetário International. O Povo Português ainda viu os relatórios dos mortos nas ex-colónias. O Povo Português não percebe nada de pequenos empréstimos e de grandes empréstimos. O Povo Português continua a desconhecer qual a situação do País e amanhã não sabe se há-de votar ou não porque ninguém ainda explicou quem são os culpados deste Capitalismo Selvagem que nos atirou para um

boco sem saída. Nós que acreditámos no 25 de Abril, que corremos, que engrossámos manifestações, que empunhámos bandeiras (e também cacetes em épocas difíceis), temos o constitucional direito de saber quais os erros cometidos pelo Estado e seus principais responsáveis. Num período em que o interesse nacional deveia sobrepôr-se aos interesses pessoais e partidários não comprehendo porque motivo continuam os cidadãos mal informados e alheios ao que se passa dentro do aparelho do Estado.

O aumento da criminalidade que se tem verificado não é um fenômeno natural ou um dado inevitável da vida das sociedades em desenvolvimento. Não é impossível travar a explosão da criminalidade e de alcançar um eficaz controlo do crime. O Povo Português é humilde e está disposto a combater todos aqueles que procuram no crime o remédio para as suas frustrações. Vários escândalos sociais se têm verificado sem que os cidadãos tenham tido o mínimo de conhecimento acerca da culpabilidade dos indivíduos em causa. A guerra de comunicados dos partidos políticos, todos eles com interpretações tendenciosas e viciadas, apenas têm contribuído para a confusão entre as pessoas. Na verdade vivemos num reino de confusão. Contudo, fico à espera de ser esclarecido.

ANIVERSÁRIO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALBUFEIRA

Vai esta linda vila turística assistir à comemoração do aniversário da nova corporação de homens da Paz «BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALBUFEIRA» com o desfile em toda a vila de todo o seu corpo activo e respectivo material (que apesar de diminuto muito tem valido à acção desta nova Corporação na defesa do próximo) com a colaboração de outras corporações de Bombeiros Algarvios, com o seu pessoal material e fanfarras.

ROMAGEM AO CEMITÉRIO

AOS BOMBEIROS FALECIDOS

Toda a população do Concelho deseja demonstrar a todos estes homens que colocam a sua vida em defesa do semelhante, o seu agradecido reconhecimento pela acção já prestada, virá para a Rua aclamar esta valorosa e Nova Corporação de Bombeiros Voluntários.

Não é demais realçar a necessidade desta nova corporação em possuir diverso material para prestar maior contributo quando requerido. Torna-se necessário e urgente ser esta Corporação dotada dum carro adaptado com guinaste, escadas «Magrus», máquinas de corte de chapa, e outro

equipamento de combate a incêndios e remoção de viaturas, quando caídas em barrancos.

É de realçar que estes homens que após o seu trabalho deveriam aproveitar o tempo disponível para descansar, vão empregar desinteressadamente os seus ócios ao serviço da Corporação, ficando atentos a qualquer pedido de socorro.

Quem pode esquecer esta nova Corporação de Bombeiros Voluntários de Albufeira que foi formada à custa do sacrifício humano? Quem poderá esquecer os serviços de socorro a sinistrados e outros? Haverá que lembrar o «baptismo» desta nova corporação ao ter de combater no incêndio do Hotel Sol e Mar sem outro material que não fosse o uso de extintores e mangueira do próprio Hotel e mais tarde auxiliados pelas Corporações de Silves, Faro, Loulé, Olhão e outras, sendo de realçar a corporação dos Bombeiros de Silves que chegaram de princípio colocaram todo o seu material à disposição dos Bombeiros Voluntários de Albufeira, bem como as restantes corporações que se puseram à disposição da Corporação de Albufeira aconselhando e cooperando na emergência.

Desde há muito se tinha alertado da necessidade duma Corporação de Bombeiros em Albufeira, nesta zona de imenso movimento turístico e com acidentes sucessivos e desastres ssoais, tendo de socorrer-se ao auxílio de outras zonas.

Bem haja esta rapaziada e todos aqueles que ajudaram à criação desta Corporação de Voluntários.

José Leal Branco

CARIMBOS

Executam-se na
GRÁFICA LOULETANA
R. Maréchal Gomes da Costa
Telef. 62536 — LOULÉ

Apanhado um rato de motorizadas

No passado dia 15 de Maio, para efeitos de fiscalização de rotina a PSP local mandou fazer auto a Vitor José Martins dos Santos, de 19 anos, mecânico, residente nesta vila, que tripulava uma motorizada de marca «Sachs», portadora da chapa de matrícula 2-LLE-47-24.

Após as averiguações usuais verificou-se que as características da referida motorizada bem como o número do motor se encontravam alteradas.

Inquirido sobre as discrepâncias verificadas, explicou que o mo-

tor não pertencia à motorizada ali presente, mas a uma outra que ele havia subtraído em Março último, na Rua Frei Joaquim, em Loulé, onde se encontrava estacionada.

No prosseguimento do caso, as investigações conduziram as autoridades ao domicílio do indivíduo citado, tendo encontrado um lote de variados acessórios de motorizadas ao que se supõe também furtadas.

O detido foi enviado para Faro dando entrada no calaboiço onde aguarda julgamento.

EM VALE DO LOBO

Cidadão holandês apostava na recuperação do turismo algarvio

(Continuação da pág. 1)

gente danada que teimava em traçar divas em proporcionar postos de trabalho, em fomentar riqueza. Era preciso espalhar o ódio, o terror, a fuga precipitada, o regresso impossível.

Vale do Lobo foi um pandemônio. Saneamentos selvagens, pinturas insultuosas, situações degradantes, desemprego, greves e todo um rosário de revolucionarismo demente que quase levou muitos portugueses a pensar que estavam vivendo num país de loucos.

Uma empresa próspera que era Vale do Lobo, com cerca de 700



O SR. SANDER VAN GELDER NO MOMENTO EM QUE USAVA DA PALAVRA DURANTE A FESTA OFERECEU AOS SEUS EMPREGADOS

empregados viu os seus quadros enormemente reduzidos até atingir a situação de falência.

Passou depois à fase de liquidação, até que um homem de visão, inteligência, capacidade empreendedora e que também tem dinheiro decidiu apostar em Vale do Lobo e pretende agora fazer daquela mimosa e paradisíaca urbanização (de características únicas em Portugal) não apenas «a melhor do Algarve, nem tão pouco a melhor, mas a melhor da Europa e também do Mundo», utilizando as suas próprias palavras há dias proferidas aquando da festa de confraternização que proporcionou aos trabalhadores da empresa que está recuperando e que já proporciona, de novo, trabalho, bons salários e ambiente saudável a mais de 460 pessoas. É possível que a sua admissão tenha sido selectiva, o que até se comprehende após 4 agitadíssimos anos em que uns tantos indivíduos transformaram em suas marionetas os trabalhadores que levaram a empresa ao descalabro quase total e o desânimo generalizado.

Agora a confiança voltou a Vale do Lobo. A Empresa já saiu da fase de liquidação e o sr. Sander van Gelder quis assinalar esse facto com uma festa de confraternização que serviu de pretexto para uma maior aproximação entre quantos se mostram dispostos a dar o seu valioso contributo para uma recuperação que a todos beneficiará.

Das palavras do sr. Sander van Gelder (que prometeu querer aprender melhor a nossa língua) pode deduzir-se o seguinte conceito: «Deixem-me trabalhar. Ajudem-me. Eu lhes proporcionarei mais trabalho, melhores condições de vida, mais altos salários e... uma cantina».

Como é lógico, estas palavras mereceram calorosas e prolongados aplausos de todos os trabalhadores, os quais não escondem a sua satisfação pela forma como são tratados e satisfeitos com salários usufruídos, o que lhes dá ânimo para uma estreita colaboração com a entidade patronal, pois já estão a sentir os benefícios da ressultantes.

Do vasto plano já elaborado para que Vale do Lobo seja ainda mais atraente e acolhedor, já este jornal deu alguns apontamentos, mas novos projectos para enriquecimento daquele pequeno paraíso «à beira mar plantado» continuam a ser idealizados, desenhados e... concretizados.

Assim, é-nos grato revelar que as extensões à volta de Vale do Lobo induziram a um novo empreendimento adjacente a Vale do Lobo que se chamará Vale do Lobo 2, Em Vale do Lobo 2 será incorporado o antigo Ocean Club. A área total é aproximadamente de 350 hectares e inclui cerca de cinco quilómetros de praia.

x x x

SERVIÇOS DE VALE DE LOBO

É intenção da companhia elevar os serviços de Vale do Lobo a um nível de luxo. Os preparativos para atingir este nível estão em plena actividade:

a) Comunicações telefónicas — em cooperação com as autoridades de telecomunicações, Vale do Lobo receberá um PBX muito moderno. Haverá 400 extensões na primeira fase. O sistema telefónico será uma das funções importantes, pois permite-nos manter controle sobre todo o pessoal em todas as ocasiões e é particularmente importante quando há mensagens urgentes. Em funcionamento em Maio de 1978.

b) Haverá serviços de recepção 24 horas por dia — a Recepção mudar-se-á juntamente com o Escritório de Vendas para um edifício provisório na zona de entrada de Vale do Lobo. Além de haver pessoal de recepção poliglota, haverá guias em Vale do Lobo que trabalharão com carrinhos para trazer os hóspedes e suas bagagens até suas casas e transportá-los até ao aeroporto e trazê-los. Todo o pessoal usará uniformes desenhados pelo famoso figurinista Nico Verhey.

c) Serviços de vigilância — os serviços de vigilância serão melhorados e os guardas passarão a agir a partir do edifício de entrada com novo transporte, material e sistemas de comunicações.

d) Serviços de limpeza — tão cedo quanto possível, os serviços de limpeza funcionarão sete dias por semana — Os atoalhados foram já encomendados e têm a criação do conhecido decorador Gerard van Osch. Em funcionamento em Maio de 1978.

e) Transporte — mini-mokes pintados ao estilo de Vale do Lobo e outros carros estarão à disposição dos hóspedes para transporte. Em funcionamento em Maio de 1978.

f) Cartões de crédito — haverá em breve um sistema de cartão de crédito que dará aos proprietários direito a um desconto em todos os serviços do empreendimento. Em funcionamento em Maio de 1978.

Promovido pelo Comité de Apoio do Porto à Conferência sobre a Ameaça Imperialista Russa, realizou-se, há dias na capital do Norte, um colóquio para divulgação de alguns pontos acerca da referida reunião.